

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 252QK-017-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	5
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	14

Sobam Centro Médico Hospitalar S.A.

CNPJ/MF nº 5.739.135/0001-41

Registro ANS nº 326500

Relatório da Administração
Senhores Acionistas,

A Sobam Centro Médico Hospitalar S.A. (Companhia ou Operadora) encerra 2024 com 109.647 mil beneficiários, acompanhando a tendência de investimento crescente em rede própria de serviços na saúde suplementar. O modelo leva a mais eficiência na prestação do serviço, garante um acompanhamento mais próximo da jornada do paciente e possibilita um maior controle sobre custos, o que tem reflexos diretos em mais acesso à saúde suplementar para a população da região de Jundiaí, Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Várzea Paulista.

Áreas estratégicas como governança clínica, atendimento ao beneficiário, gestão de pessoas e modelos de credenciamento tiveram atenção especial, assegurando crescimento em indicadores essenciais como experiência dos nossos pacientes, dos beneficiários, dos colaboradores e dos profissionais de saúde, com destaque para os programas dedicados aos portadores de doenças crônicas e pacientes com mais de 60 anos.

A Operadora apurou nos anos de 2024 e 2023 resultado bruto expressos em Reais, conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Varição</u>
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	430.835.433	369.666.534	17%
Eventos indenizáveis líquidos	<u>(370.941.987)</u>	<u>(272.107.929)</u>	36%
	59.893.446	97.558.605	

Em 2024, a Operadora registrou lucro líquido no exercício de R\$ 23.948.838 os quais foram destinados R\$ 1.197.442 em reserva legal, R\$ 5.687.849 para dividendos e R\$ 17.063.547 para reserva estatutária.

Prevenção a lavagem de dinheiro/financiamento do Terrorismo e a Fraudes

A Companhia mantém programa de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, adotando mecanismos de identificação de casos suspeitos e que devam ser informados aos órgãos competentes.

Neste sentido, no ano de 2024, a Operadora não identificou ocorrências suspeitas, tais como reembolsos de consultas médicas de beneficiários, não sendo necessária a comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, por meio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras (SISCOAF).

Perspectivas e Planos de Administração

Acreditamos que o ano de 2025 será novamente um ano desafiador. Com um novo modelo de gestão, iniciamos 2025 com novas iniciativas com um time oxigenado por profissionais experientes que chegam para acrescentar e contribuir com vasta experiência para o time da SOBAM.

Continuaremos com nosso foco na excelência na prestação de serviços e no crescimento sustentável de nossa base de beneficiários e clientes. Fortaleceremos ainda mais o nosso relacionamento com os canais de vendas.

Trabalharemos na construção de um futuro saudável para nossa organização!

Expressamos nossos agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores, prestadores de serviços e equipe de colaboradores que, com empenho e dedicação, tornaram esses resultados possíveis.

Jundiaí, 27 de fevereiro de 2025.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.
Jundiaí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Marcio Romulo Pereira
Contador CRC RJ-076.774/O-7

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.
Balancos patrimoniais
para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais)



ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		171.165.129	159.921.532
Disponível	4	2.556.109	250.200
Realizável		168.609.020	159.671.332
Aplicações Financeiras	5	149.005.279	138.170.899
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		47.095.322	44.019.347
Aplicações Livres		101.909.957	94.151.551
Créditos De Operações Com Planos De Assistência À Saúde	6	12.479.543	12.728.487
Contraprestação Pecuniária a Receber		12.355.005	12.608.924
Participação de Beneficiários em Eventos indenizáveis		124.538	119.563
Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	7	348.073	394.279
Créditos Tributários e Previdenciários	8	6.276.098	5.765.755
Bens e títulos a receber	9	346.962	2.577.694
Despesas Antecipadas		153.065	34.219
Ativo Não Circulante		40.382.210	34.851.053
Realizável A Longo Prazo		5.885.378	2.431.563
Ativo Fiscal Diferido	15	2.804.082	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	16.3	3.081.296	2.431.563
Investimentos	10	733.918	3.004.392
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		114.573	2.385.047
Participações Societárias em Rede Assistencial		114.573	2.385.047
Outros Investimentos		619.345	619.345
Imobilizado	11	33.756.809	29.366.905
Imóveis de Uso Próprio		22.722.510	23.840.613
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		16.615.395	17.710.008
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		6.107.115	6.130.605
Imobilizado de Uso Próprio		3.056.985	3.597.844
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		2.704.296	3.156.540
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		352.689	441.304
Outras Imobilizações		1.534.992	1.714.448
Direito de Uso de Arrendamentos		6.442.322	214.001
Intangível		6.105	48.192
Total do ativo		211.547.339	194.772.585

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.
Balancos patrimoniais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais)



PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		59.693.737	62.067.231
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	44.683.454	39.686.822
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		6.667.490	5.870.221
Provisão de eventos a liquidar para SUS		608.801	456.890
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		17.744.639	17.317.755
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		19.662.524	16.041.955
Débitos de operações de assistência à saúde		488.786	894.682
Receita antecipada de contraprestações		394.918	509.849
Comercialização sobre operações		56.528	384.833
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		37.340	-
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		258.493	-
Tributos e encargos sociais a recolher	13	1.542.589	4.555.436
Débitos diversos	14	12.720.415	16.930.292
Passivo não circulante		9.744.397	6.294.174
Provisões	16	5.158.807	6.095.546
Provisões para ações judiciais		5.125.830	6.064.107
Provisão para outras contingências		32.977	31.440
Débitos diversos	14.1	4.585.590	198.628
Patrimônio líquido	17	142.109.205	126.411.179
Capital social		73.605.540	73.605.540
Reservas		69.751.832	51.490.842
Reserva Legal		4.573.891	3.376.449
Reserva de lucros		65.177.941	48.114.394
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.248.167)	1.314.797
Total do passivo		211.547.339	194.772.585

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.
Demonstrações dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais)



	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		430.835.433	369.666.534
Receitas com operações de assistência à saúde		437.911.990	382.716.263
Contraprestações líquidas		437.911.990	382.716.263
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(7.076.557)	(13.049.729)
Eventos indenizáveis líquidos	18	(370.941.987)	(272.107.929)
Eventos conhecidos ou avisados		(367.321.419)	(271.826.397)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(3.620.568)	(281.533)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		59.893.446	97.558.605
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		108.004	30.808
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	20	7.818.231	15.380.574
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		7.501.210	9.701.655
Outras receitas operacionais		317.021	5.678.919
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(273.794)	(354.110)
Outras receitas (despesas) operacionais com planos de assistência à saúde	21	(5.596.079)	(4.474.153)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(5.707.521)	(4.492.041)
Provisão para perdas sobre créditos		111.442	17.888
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	22	(4.693.351)	(35.538.512)
Resultado bruto		57.256.457	72.603.211
Despesas de comercialização		(13.532.849)	(15.190.990)
Despesas administrativas	23	(27.563.402)	(34.475.480)
Resultado financeiro líquido	24	18.159.662	18.110.726
Receitas financeiras		18.658.576	18.378.352
Despesas financeiras		(498.914)	(267.626)
Resultado patrimonial		(1.353.325)	(1.211.788)
Receitas patrimoniais		3.344.455	510.226
Despesas patrimoniais		(4.697.780)	(1.722.013)
Resultado antes dos tributos e participações		32.966.543	39.835.680
Imposto de renda corrente	25	(8.608.889)	(11.082.612)
Contribuição social corrente	25	(3.212.898)	(4.159.737)
Impostos diferidos	25	2.804.082	-
Resultado líquido do exercício		23.948.838	24.593.330
Lucro líquido diluído por ação - R\$	17.5	0,38041	0,39065
Lucro líquido básico por ação - R\$	17.5	0,38041	0,39065

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)



	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado líquido do exercício	23.948.838	24.593.330
Resultado abrangente do exercício	23.948.838	24.593.330

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

<u>Reserva de lucros</u>							
	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva Estatutária</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022		73.605.540	2.146.782	30.591.646	-	-	106.343.967
Ganho na variação de percentual na part.Invest.	10	-	-	-	1.314.798	-	1.314.798
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	24.593.330	24.593.330
Proposta de destinação do resultado:	17	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	1.229.667	-	-	(1.229.667)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(5.840.916)	(5.840.916)
Reserva estatutária		-	-	17.522.748	-	(17.522.748)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		73.605.540	3.376.449	48.114.394	1.314.798	-	126.411.179
Perda na variação de percentual na part.Invest.	10	-	-	-	(2.562.965)	-	(2.562.965)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	23.948.838	23.948.838
Proposta de destinação do resultado:	17	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	1.197.442	-	-	(1.197.442)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(5.687.849)	(5.687.849)
Reserva estatutária		-	-	17.063.547	-	(17.063.547)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		73.605.540	4.573.891	65.177.941	(1.248.167)	-	142.109.205

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.
 Demonstrações dos fluxos de caixa
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em Reais)



	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	32.966.543	39.835.680
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados (aplicados) pelas atividades operacionais		
Depreciação / amortização	2.559.823	5.089.562
Provisão para perdas sobre recebíveis e outros créditos	946.124	213.410
Provisão para eventos ocorridos e não avisados	3.620.568	281.533
Reversão de aluguel diferido	(455.822)	-
Provisão (reversão) para ações judiciais	(936.739)	1.520.859
Juros sobre passivo de arrendamento	307.524	73.748
Resultado de equivalência patrimonial	1.858.436	1.713.204
Outros	7.769	48.192
	40.874.226	48.776.186
Variações nos ativos e passivos		
Diminuição (aumento) nos ativos:		
Aplicações financeiras	(10.834.380)	(28.012.942)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	370.406	(1.091.145)
Outros créditos a receber	(6.599)	(8.328)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(646.332)	(146.009)
Créditos tributários e previdenciários	(510.343)	(8.195.799)
Depósitos judiciais e fiscais	(649.733)	1.417.105
Bens e títulos a receber	1.862.282	4.641.701
Despesas antecipadas	(118.846)	23.833
Aumento (diminuição) nos passivos:		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.376.064	2.299.152
Receita antecipada de contraprestações	(114.931)	171.872
Comercialização sobre operações	(328.305)	382.496
Tributos e encargos sociais a recolher	(2.428.909)	(2.671.659)
Débitos diversos	(5.611.136)	805.661
Outros	430.788	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.405.725)	(10.198.670)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	11.258.529	8.193.454
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(175.500)	(3.632.861)
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	-	(463.406)
Aumento de capital em coligadas	(2.150.926)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.326.426)	(4.096.267)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(5.840.916)	(3.028.374)
Pagamento de arrendamento	(785.278)	(1.021.933)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(6.626.194)	(4.050.307)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.305.909	46.880
Saldos do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	2.556.109	250.200
No início do exercício	250.200	203.320
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.305.909	46.880

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A SOBAM Centro Médico Hospitalar S/A (Operadora, Sociedade ou SOBAM) foi constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede à Rua 23 de Maio, 790 – Vianelo – Jundiaí/SP, com fins lucrativos, tem como objeto social a operação de planos privados de assistência à saúde e/ou odontológicos, individuais, familiares e coletivos, por meios de execução própria ou mediante a contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados, com registro junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar sob nº. 32650-0.

A área de abrangência do Plano SOBAM compõe os municípios de Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jundiaí, Louveira e Várzea Paulista.

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade era controlada indiretamente pela UnitedHealthCare International IV S.A.R.L, através do Polar II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Polar II”) que detinha 100% do capital social da Amil (controladora da Sociedade), tendo como controlador final a UnitedHealth Group Incorporated (“UHG”), companhia americana com ações negociadas na Bolsa de Nova York. Em 06 de fevereiro de 2024 o controle da Sociedade foi transferido para o Sr. José Seripieri Filho.

A perspectiva da Sociedade é contribuir para as grandes mudanças necessárias ao sistema de saúde brasileiro, contemplando a educação dos clientes que utilizam os serviços de saúde; o monitoramento da eficiência dos prestadores de serviços médicos; a responsabilidade legal e ética dos integrantes de toda a cadeia produtiva da saúde suplementar; os modelos de remuneração vigentes; e a formação dos profissionais.

2. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

2.1. Base de elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com o modelo de publicação estabelecido pela Resolução Normativa ANS nº 528/22 e alterações posteriores.

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), mas serão aplicáveis às operadoras de saúde somente quando aprovadas pela ANS. Destas normas apenas o CPC 50 – Contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis. No momento não é possível estimar quando a ANS irá aprovar este pronunciamento do CPC e, nem tampouco, se a utilização do mesmo será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Dessa forma, estas demonstrações contábeis não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

Conforme CPC 36 (R3), a Sociedade não está apresentando demonstrações contábeis consolidadas, em linha com o permitido pela legislação societária e considerando o seguinte: (i) a controladora é ela própria uma controlada integral da Amil Assistência Médica Internacional S.A. (“AMIL” ou “Controladora”); (ii) não possui instrumentos dívida ou patrimoniais negociados publicamente; (iii) não arquivou e nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador; e (iv) a controladora final (Amil) elabora e apresenta demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC.

A diretoria da SOBAM revisou, discutiu, aprovou e autorizou a publicação das demonstrações contábeis em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Reconhecimento da receita e custo com prestação de serviços

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e o atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Estas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre as vendas. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As receitas com atendimento médico-hospitalar a terceiros também são apropriadas pelo regime de competência.

Os custos com serviços prestados englobam os eventos indenizáveis, serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados pela rede credenciada aos beneficiários dos planos de assistência à saúde comercializados e os custos com a operação da rede própria de assistência médico-hospitalar. Os eventos indenizáveis são reconhecidos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão. Os custos com a rede própria são reconhecidos no resultado quando incorridos.

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

2.4. Disponível

Inclui caixa e depósitos bancários, que são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

2.5. Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

A Sociedade mantém aplicações financeiras garantidoras, vinculadas e lastreadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS (vide Nota Explicativa nº 5).

2.6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações de operações de planos de assistência à saúde.

2.7. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

Créditos relacionados com a prestação de serviços médico-hospitalares, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de receitas com outras atividades.

2.8. Estoques

Registrados pelo método do custo médio de aquisição e demonstrados no balanço pelo menor valor entre custo e realização. Os estoques representam materiais médico-hospitalares e medicamentos utilizados pela rede própria na prestação de serviços de assistência médica.

2.9. Investimentos

A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. (vide Nota Explicativa nº 10).

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, as taxas são mencionadas na Nota Explicativa nº 11.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.11. Arrendamentos

A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) (IFRS 16) a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme aprovação da ANS.

No início de um contrato, a Sociedade avalia se ele é ou inclui um arrendamento. Quando aplicável reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e os passivos para o fluxo futuro dos contratos celebrados, pelo fato de serem eles que transmitem o direito de obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de aluguéis ou contraprestações.

Nos casos aplicáveis um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. E nos casos aplicáveis também é reconhecida uma estimativa de custos para restauração a serem incorridos para desmontagem na entrega do ativo às condições requeridas pelos termos do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear a partir da data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Sociedade. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao captar recursos por prazo e garantia semelhantes.

A Sociedade possui operações de arrendamento de imóveis. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferentes.

2.12. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de softwares, são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável, assim como os ativos com vida útil indefinida. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Os ganhos ou as perdas resultantes das baixas ou vendas de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido e o valor contábil do respectivo ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado.

2.13. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*)

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

A Administração revisa anualmente, ou sempre que surgirem indícios de *impairment*, o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.14. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.15. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

- a) Ativos contingentes** - Reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

- b) Passivos contingentes** - Provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;
- c) Obrigações legais** - Registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Sociedade questiona a exigibilidade de tributos.

2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Tributos correntes

A provisão para os tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável. A Sociedade apura o lucro tributável com base no lucro real. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois é ajustado por adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do mencionado lucro excedente a R\$240 mil no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A provisão e a despesa dos tributos sobre a renda correntes são calculadas com base na legislação tributária em vigor, promulgada até a data de encerramento do exercício, cujos efeitos devam ser refletidos nesse mesmo exercício.

A Administração avalia periodicamente a legislação tributária em vigor, submetendo-a às melhores técnicas interpretativas e decisões internas sobre procedimentos e pagamentos às autoridades fiscais.

b) Tributos diferidos

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os tributos diferidos ativos são registrados em decorrência das diferenças temporárias dedutíveis, e/ou saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável, sempre que a Sociedade tiver expectativa de lucro tributável futuro, em montante suficiente para utilização das diferenças temporárias dedutíveis e/ou compensação de prejuízos fiscais.

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período do relatório conforme disposições e critérios contidos na regulamentação da ANS e no CPC 32.

A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

c) Tributos sobre a renda correntes e diferidos

Os tributos correntes e diferidos sobre a renda são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a registros em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que seguem o mesmo critério de reconhecimento contábil. Especificamente, no caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados nas Notas Explicativas nº 15 e 25.

2.17. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela **(i)** Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; **(ii)** Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pelas operadoras. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); **(iii)** Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), calculada com base em metodologia diferenciada, consubstanciada em nota técnica atuarial; **(iv)** Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – SUS, constituída com base em metodologia estabelecida ANS e **(vi)** Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC), calculada com base em metodologia estabelecida pela ANS. Nos anos de 2024 e 2023, não foram necessárias a constituição da PIC pela Sociedade, conforme RN 476/21 (vide Nota Explicativa nº 12).

2.18. Receita antecipada de contraprestação

Basicamente, contraprestações emitidas e pagas antecipadamente ao seu período de cobertura. Este passivo está representado pela obrigação de prestar o serviço e caso não se concretize, pela devolução do dinheiro recebido.

2.19. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 27, a Sociedade classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos nas categorias 1) valor justo por meio do resultado e 2) custo amortizado.

Impairment de ativos financeiros - A Sociedade avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Sociedade mensura a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Sociedade baixa seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivativos somente para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda, não realizando qualquer outra operação de derivativos ou de caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve operações com instrumentos financeiros derivativos.

2.20. Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros, onde os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração que tiveram efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro

A Sociedade reconhece os ativos e passivos fiscais diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Sociedade revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o resultado histórico gerador e o resultado tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível de vida útil definida

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.10 e nº 2.12 a Sociedade revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do ativo intangível de vida útil definida anualmente. Durante o exercício corrente, a Administração revisou a vida útil dos bens do imobilizado relacionados a benfeitorias, da estimativa de suas carteiras de beneficiários de planos de saúde.

c) Provisões para ações judiciais

A Sociedade reconhece a provisão para ações judiciais tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas, conforme descrito na Nota Explicativa nº16. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica da Sociedade. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Especificamente, com relação às provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 24 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda.

d) Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Sociedade constitui a provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) usando o cálculo a partir da estimativa final dos eventos já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos eventos avisados nos últimos 12 meses para assistência médica à saúde e nos últimos 36 meses para a assistência odontológica, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

e) Provisão para perdas estimadas sobre créditos

A Sociedade considera para cálculo da provisão para perdas esperadas sobre créditos os diferentes riscos de acordo com as peculiaridades de cada segmento, como segue:

- **Contraprestações pecuniárias a receber** - A provisão para perdas estimadas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais, conforme regra ANS.

- **Contas a receber de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde** - A provisão para perdas estimadas sobre créditos com operações de serviços médico-hospitalares é constituída com base no histórico de perdas com títulos emitidos contra convênios e particulares.

f) Arrendamentos

Os contratos da Sociedade não têm informações suficientes para determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada. Portanto, é utilizada como taxa incremental a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar em captações para aquisições de ativos de valores similares com prazos, garantias e ambiente econômico semelhantes.

2.21. Teste de adequação de passivos – TAP

Conforme a Resolução Normativa - RN Nº 528, de 29 de abril de 2022, o TAP para a data-base 2024, utiliza métodos atuariais, estatísticos e financeiros com base em considerações realistas para estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de pré-pagamento. O teste foi realizado utilizando os seguintes parâmetros:

Os contratos foram segregados, entre as modalidades: individual, coletiva empresarial, coletiva por adesão e corresponsabilidade assumida;

- As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram apuradas considerando as vigências dos contratos, limitadas ao máximo de 8 (oito) anos;
- Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foi utilizada a tábua BR-EMSsb-V.2021-f vigente e ajustada, quando for o caso, por critério de desenvolvimento de longevidade;
- As premissas utilizadas para projeções de receitas e despesas foram baseadas na experiência observada pela operadora;
As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.

A apuração do Teste de Adequação de Passivos (TAP) foi obtida pela subtração entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada. Após a projeção de todas as receitas e despesas com base em premissas definidas neste estudo, o valor presente do fluxo de caixa obtido foi positivo para a SOBAM, sendo assim, a Sociedade se encontra suficiente no exercício findo de 2024.

Sendo assim, considerando o resultado total das modalidades, a Sociedade está suficiente.

3. Novas normas contábeis emitidas e/ou revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- IFRS 18/ CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: A norma determina que as entidades classifiquem todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Foram feitas também alterações no IAS 7 (CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) incluindo a mudança no ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”. Além disso, foi removida a opção de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A norma permite a entidades elegíveis aplicar requisitos de divulgação reduzidos, enquanto mantém os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões IFRS. Para ser elegível, a entidade deve ser controlada conforme o IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não ter responsabilidade pública e ser controlada por uma empresa que prepare demonstrações contábeis em conformidade com os IFRS.

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

- Alterações no CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: A atualização do CPC 18 permite o uso do método da equivalência patrimonial (MEP) para investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, alinhando as normas brasileiras com as internacionais. Essa mudança harmoniza as práticas contábeis, sem gerar impactos materiais, focando em ajustes de redação e atualização das referências normativas.

A ICPC 09 estava desatualizada, pois não tem correspondência direta com as normas do IASB. Por isso, foram feitas alterações para alinhar sua redação com as atualizações mais recentes dos documentos emitidos pelo CPC.

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: As mudanças buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre o tratamento de moedas não conversíveis, que devem ser avaliadas com base no propósito da transação e, se não conversíveis, a taxa de câmbio deve refletir as condições de mercado. Em situações de com múltiplas taxas, deve -se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis.

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Sociedade não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. A Administração entende que estas normas não produzirão impactos significativos nas demonstrações contábeis futuras.

Normas ANS que entraram em vigor em 2024

Resolução Normativa nº 594 de 20 de dezembro de 2023

Altera a Resolução Normativa ANS nº 527, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa ANS n.º 528, de 29 de abril 2022; a Resolução Normativa ANS nº 569, de 19 de dezembro de 2022; a Resolução Normativa nº 523, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa nº 522, de 29 de abril de 2022; e a Resolução Normativa nº 518, de 29 de abril de 2022, que retratam assuntos diversos a serem aplicados pelas operadoras de Planos de Saúde Suplementar.

Resolução Normativa nº 597 de 16 de janeiro de 2024

A Resolução Normativa ANS nº 597/2024 estabelece novos critérios para constituição de Provisões Técnicas ligadas a PEONA SUS, reduzindo de 80% para 66% do total de eventos visados nos últimos vinte e quatro meses, referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema (SUS), a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, trazendo uma redução de custos para a Sociedade que altera a Resolução Normativa n.º 574, de 28 de fevereiro de 2022.

Resolução Normativa nº 601 de 06 de março de 2024

Altera a Resolução Normativa ANS nº 521, de 29 de abril de 2022 que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar.

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A mudança altera a necessidade de ativos garantidores para: débitos referentes aos processos de ressarcimento ao SUS sem inscrição em Dívida Ativa e sobrestados administrativamente, em virtude da decorrência de mais de cinco anos do vencimento da GRU emitida; débitos referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos referentes a operações de planos em preço pós-estabelecido que tenham como contrapartida créditos a receber de contraprestações pecuniária/prêmios de operações de planos em preço pós-estabelecido; débitos do ressarcimento ao SUS dos Avisos de Beneficiários Identificados- ABI notificados e ainda sem a emissão das respectivas Guias de Recolhimento da União - GRU pela ANS; e valores registrados na Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC.

Resolução Normativa nº 614 de 02 de outubro de 2024

Altera a Resolução Normativa ANS nº 521, de 29 de abril de 2022 que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar. A mudança aumenta de 20% para 50% o limite de ativos garantidores em imóveis assistenciais.

Normas ANS que entrarão em vigor em 2025

Não há nenhuma norma econômico-financeira publicada até a presente data, que entrará em vigor em 2025.

4. Disponibilidades

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	-	970
Bancos conta movimento	2.556.109	249.230
Total	<u>2.556.109</u>	<u>250.200</u>

As disponibilidades compreendem os valores de caixa, bem como numerários depositados em conta corrente.

5. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor de aplicação original, acrescidas dos rendimentos referenciados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com a remuneração média de 2024 na ordem de 106,1% (97,17% em 2023), apropriados até a data do balanço, com base no regime contábil da competência, conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações livres		
Fundos de investimentos abertos (ii)	101.909.957	94.151.551
Subtotal	101.909.957	94.151.551
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		
Vinculadas (i)		
Fundos de investimentos abertos (ii)	47.095.322	44.019.347
Subtotal	47.095.322	44.019.347
Total	149.005.279	138.170.899

(i) Sociedade, de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 573/23, constituiu ativos garantidores em favor da ANS com aplicações financeiras. Em 31 dezembro de 2024 e 2023 essas aplicações financeiras foram compostas por quotas de fundos de investimento dedicados ao setor de saúde suplementar. Os ativos garantidores foram constituídos em montante suficiente como determinado pela ANS;

(ii) As aplicações financeiras em fundos de investimentos abertos são realizadas de acordo com a política de investimentos definida pela Administração. Estão sujeitas a variações nas taxas de juros do mercado financeiro, ao risco de crédito de seus emissores, e estão indexadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O valor de mercado das quotas destes investimentos financeiros foi apurado com base nos valores de quotas destes fundos, informados pelos administradores dos respectivos fundos.

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo deste grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde, líquidas das perdas esperadas, conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Planos médico-hospitalares		
Planos coletivos	10.659.389	10.922.262
Planos individuais	2.458.290	2.565.629
Subtotal	13.117.679	13.487.891
Planos odontológicos		
Planos individuais	280	475
Subtotal	280	475
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis	127.731	121.132
Total	13.245.690	13.609.498
Provisão para perdas sobre créditos	(766.147)	(881.010)
Total líquido	12.479.543	12.728.487

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	8.654.457	8.480.556
Vencidos		
Até 30 dias	3.067.357	3.644.205
De 31 a 60 dias	752.706	694.982
De 61 a 90 dias	195.215	165.436
Há mais de 90 dias	575.955	624.319
Subtotal	4.591.233	5.128.942
Total	13.245.690	13.609.498

Movimentação da provisão para perdas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos no início do exercício	(881.010)	(898.899)
Constituições e reversões	2.039.672	2.037.273
Baixas	(1.924.809)	(2.019.384)
Saldos no fim do exercício	(766.147)	(881.010)

7. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

O saldo deste grupo refere-se a valores a receber de clientes por serviços não relacionados aos planos de saúde, líquidas das perdas esperadas, basicamente atendimento hospitalar a não conveniados dos planos de saúde comercializados pela Sociedade, cuja composição é demonstrada abaixo:

Composição por tipo de cliente

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoa jurídica	3.676.306	3.029.974
Total	3.676.306	3.029.974
Provisão para perdas sobre créditos	(3.328.233)	(2.635.695)
Total líquido	348.073	394.279

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Composição por idade de vencimento:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Avencer	545.611	533.508
Vencidos		
Até 30 dias	78.083	44.758
De 31 a 60 dias	179.428	1.451
De 61 a 90 dias	60.796	155.063
Há mais de 90 dias	2.812.387	2.295.194
Subtotal	<u>3.130.694</u>	<u>2.496.466</u>
Total	<u>3.676.306</u>	<u>3.029.974</u>

Movimentação da provisão para perdas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos no início do exercício	(2.635.695)	(2.404.397)
Constituições e reversões	(529.708)	(119.205)
Baixas	(162.830)	(112.094)
Saldos no fim do exercício	<u>(3.328.233)</u>	<u>(2.635.695)</u>

8. Créditos tributários e previdenciários

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
INSS (i)	3.252.019	4.923.178
IRPJ e CSLL (ii)	2.198.560	36.937
PIS e COFINS (iii)	825.519	805.640
Total	<u>6.276.098</u>	<u>5.765.755</u>

(i) Crédito de INSS referente ao projeto RAT (Agente nocivo);

(ii) Os valores são referentes aos saldos negativos de IRPJ e CSLL, os quais serão compensados com demais tributos federais, ao longo de 2025;

(iii) Crédito de PIS e Cofins diferidos sobre o saldo das contas contábeis de eventos a liquidar.

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra
forma)



9. Bens e títulos a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Estoque (i)	-	1.791.341
Adiantamentos	277.503	411.524
Outros valores a receber	69.459	374.829
Total	<u>346.962</u>	<u>2.577.694</u>

- (i) Saldo de estoque consumido pela transferência da atividade assistencial para a empresa Investida CMHP.

10. Investimento

Participação societária em rede assistencial

	31/12/2024				31/12/2023		
	Resultado	Patrimônio líquido	Participação no capital (%)	Participação no capital	Total	Participação no capital	Total
Participações societárias em rede assistencial							
CMHP	(15.387.408)	398.733	28,73%	114.573	114.573	2.385.047	2.385.047
Subtotal				114.573	114.573	2.385.047	2.385.047
Outros investimentos (ii)	-	-		-	619.345	-	619.345
Total				114.573	733.918	2.385.047	3.004.392

A movimentação do saldo de investimento da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	Aquisição	Aumento (Redução) capital	Equivalência patrimonial (i)	Resultados abrangentes	Perda na Variação Percentual Participação	31/12/2024
Investimentos							
Participações societárias em rede assistencial							
CMHP	2.385.047	-	2.150.927	(1.858.436)	-	(2.562.965)	114.573
Subtotal	2.385.047	-	2.150.927	(1.858.436)	-	(2.562.965)	114.573
Outros investimentos (ii)	619.345	-	-	-	-	-	619.345
Total	3.004.392	-	2.150.927	(1.858.436)	-	(2.562.965)	733.918

- (i) O resultado de equivalência patrimonial está registrado na rubrica "Resultado patrimonial" do Resultado do Exercício, em atendimento ao plano de contas ANS, juntamente a receita de aluguel de R\$ 512.881, resultado negativo com baixa de imobilizado de (R\$ 7.769).
- (ii) O montante de R\$ 619.345, refere-se propriedade para investimento (Terreno destinado a renda).

SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em Reais)



	<u>31/12/2022</u>	<u>Aquisição (iii)</u>	<u>Aumento (Redução) capital</u>	<u>Equivalência patrimonial (i)</u>	<u>Resultados abrangentes</u>	<u>Ganho na Variação Percentual Participação</u>	<u>31/12/2023</u>
Investimentos							
Participações societárias em rede assistencial							
CMHP	-	2.783.454	-	(1.713.204)	-	1.314.797	2.385.047
Subtotal	-	2.783.454	-	(1.713.204)	-	1.314.797	2.385.047
Outros investimentos (ii)	-	619.345	-	-	-	-	619.345
Total	-	3.402.799	-	(1.713.204)	-	1.314.797	3.004.392

- (i) O resultado de equivalência patrimonial está registrado na rubrica "Resultado patrimonial" do Resultado do Exercício, em atendimento ao plano de contas ANS, juntamente a receita de aluguel de R\$ 510.226, resultado negativo com baixa de imobilizado de (R\$ 8.810).
- (ii) O montante de R\$ 619.345, refere-se propriedade para investimento (Terreno destinado a renda).
- (iii) Em 1º de dezembro/2023, a Sociedade adquiriu 17,49% da participação societária do Centro Médico Hospitalar Pitangueiras Ltda. – CMHP, conforme 21º Instrumento particular de alteração contratual, integralizando o valor de R\$ 2.783.454, demonstrado abaixo:

	<u>01/12/2023</u>
Descrição	
Estoque	2.675.342
Imobilizado	8.555.187
Ativos Transferidos	11.230.529
Férias e 13º salários a pagar (i)	(6.987.097)
Contingências trabalhistas (i)	(1.450.947)
Contingências cíveis (i)	(9.031)
Passivos Transferidos	(8.447.075)
Valor líquido (ii)	<u>2.783.454</u>

(i) Em 2023, foram transferidos colaboradores para a empresa investida CMHP, ocasionando também a transferência dos respectivos valores atrelados a estes de natureza trabalhista e de contingências cíveis e trabalhistas;

(ii) Valor líquido de transferência dos ativos e passivos utilizados para a integralização de capital social na investida CMHP.

11. Imobilizado

			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	Taxa média de depreciação anual (%)	Custo líquido de impairment	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis de uso próprio				
Hospitais / Odontológicos				
Terrenos	-	991.435	-	991.435
Edifícios	4	32.238.520	(16.614.560)	15.623.960
Subtotal		33.229.955	(16.614.560)	16.615.395
Imóveis de uso próprio				
Não Hospitalares / Odontológicos				
Terrenos	-	5.875.918	-	5.875.918
Edifícios	4	587.241	(356.044)	231.197
Subtotal		6.463.159	(356.044)	6.107.115
Imobilizado de uso próprio				
Hospitais / Odontológicos				
Instalações	10	967.676	(926.440)	41.236
Máquinas e equipamentos	20	3.612.393	(1.185.900)	2.426.493
Equipamentos de informática	20	227.446	(215.708)	11.739
Móveis e utensílios	10	987.343	(762.514)	224.829
Veículos	20	4.110	(4.110)	-
Subtotal		5.798.968	(3.094.672)	2.704.296
Imobilizado de uso próprio				
Não Hospitalares / Odontológicos				
Instalações	10	114.539	(108.597)	5.942
Máquinas e equipamentos	10	655.086	(391.621)	263.465
Equipamentos de informática	20	434.221	(412.261)	21.960
Móveis e utensílios	10	1.004.491	(943.169)	61.322
Subtotal		2.208.337	(1.855.648)	352.689
Outras imobilizações (i)	4	4.567.121	(3.032.129)	1.534.992
Direito de uso de arrendamentos (ii)		10.743.947	(4.301.625)	6.442.322
Subtotal		15.311.068	(7.333.753)	7.977.315
Total		63.011.488	(29.254.678)	33.756.809

- (i) Valor referente a benfeitorias em imóveis de terceiros;
 (ii) Aluguel de imóveis. Inclui provisão para custos de restaurações (vide Nota Explicativa nº 14). Depreciado pelo prazo do arrendamento.

Movimentação do imobilizado

	Terrenos, edifícios, instalações e benfeitorias	Instalações, equipamentos, máquinas, móveis e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Direito de uso de arrendamentos	Total
Saldos em 31/12/2022	25.708.491	10.064.001	1.901.241	8.480	1.662.311	39.344.524
Adições	-	4.271.767	-	-	-	4.271.767
Baixas (i)	-	(8.564.528)	(3.583)	(6.025)	(29.241)	(8.603.377)
Depreciação	(1.248.533)	(2.173.395)	(183.210)	(2.455)	(1.419.070)	(5.026.662)
Transferências (ii)	(619.345)	-	-	-	-	(619.345)
Saldos em 31/12/2023	23.840.612	3.597.845	1.714.448	-	214.001	29.366.905
Adições	14.760	21.785	4.000	-	6.874.864	6.915.409
Baixas	-	(6.960)	(809)	-	-	(7.769)
Depreciação	(1.132.862)	(555.685)	(182.647)	-	(646.542)	(2.517.736)
Saldos em 31/12/2024	22.722.510	3.056.985	1.534.992	-	6.442.322	33.756.809

- (i) Referente a integralização de capital social realizado na Investida CMHP, com equipamentos médicos, móveis e utensílios no ano de 2023;
- (ii) Em 2023, R\$ 619.345 transferência para Investimento referente de terreno utilizado para locação, destinado a renda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração da operadora não constatou a necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre esses ativos (“impairment”).

12. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

12.1. Provisões técnicas

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de contraprestação não ganha	6.667.490	5.870.221
Provisão de eventos a liquidar para SUS	608.801	456.890
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	17.744.639	17.317.755
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	18.578.993	14.985.177
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) - SUS	1.083.531	1.056.779
Total	44.683.454	39.686.822

Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de contraprestação não ganha	Provisão de eventos a liquidar para SUS e para outros prestadores de serviços assistenciais	Provisão de eventos ocorridos e não avisados	Total
Saldos em 31/12/2022	4.716.804	16.628.910	15.760.422	37.106.137
Constituições	430.908.363	199.063.991	191.262.643	821.234.997
Reversões	(429.754.946)	-	(190.981.110)	(620.736.056)
Baixas / pagamentos	-	(197.918.257)	-	(197.918.257)
Saldos em 31/12/2023	5.870.221	17.774.645	16.041.955	39.686.821
Constituições	459.359.070	353.847.285	8.875.151	822.081.506
Reversões	(458.561.801)	(43)	(5.254.582)	(463.816.426)
Baixas / pagamentos	-	(353.268.447)	-	(353.268.447)
Saldos em 31/12/2024	6.667.490	18.353.440	19.662.524	44.683.454

12.2. Garantia das provisões técnicas

Os recursos garantidores vinculados e lastreados das provisões técnicas da Sociedade estão aplicados de acordo com as determinações contidas na legislação vigente e estão compostos por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos garantidores		
Aplicações financeiras vinculadas (i)	47.095.322	44.019.347
Ressarcimento ao SUS (adimplência + RN521)	600.341	449.051
Total	<u>47.695.663</u>	<u>44.468.398</u>
Provisões técnicas		
PEONA	(19.662.524)	(16.041.955)
Eventos a liquidar avisados até 30 dias	(13.992.798)	(12.079.941)
Eventos a liquidar avisados entre 31 e 60 dias	(3.657.156)	(5.067.014)
Eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias	(703.486)	(627.690)
Total	<u>(38.015.964)</u>	<u>(33.816.601)</u>
Suficiência de vínculo dos ativos garantidores	<u>9.679.700</u>	<u>10.651.798</u>

(i) A SOBAM possui Autorização Prévia Anual – APA, podendo movimentar livremente seus ativos garantidores, ficando dispensada de fazer pedidos à ANS para cada necessidade de resgate de suas aplicações de ativos garantidores.

13. Tributos e encargos sociais correntes

(i) Redução em decorrência do incremento dos custos médicos.	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ISS (i)	161.194	436.036
INSS e FGTS	464.292	470.551
IRRF	281.273	251.433
PIS e COFINS (i)	18.703	789.241
Retenção Lei 10.833	583.844	588.512
IRPJ e CSLL	-	1.980.824
Outros	33.283	38.838
Total	<u>1.542.589</u>	<u>4.555.436</u>

14. Débitos diversos

	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Fornecedores	886.385	-	7.406.295	-
Obrigações com pessoal	2.398.003	-	2.268.850	-
Dividendos a pagar (ii)	5.687.849	-	5.840.916	-
Arrendamentos (i)	3.568.193	4.585.590	1.228.589	198.628
Outros	179.985	-	185.642	-
Total	<u>12.720.415</u>	<u>4.585.590</u>	<u>16.930.292</u>	<u>198.628</u>

(i) Inclui provisão de custo para restauração no montante de R\$ 2.734.379 (vide Nota Explicativa nº 14.1);

(ii) Dividendos a pagar para a Investidora CMHP, vide Nota Explicativa nº 19.1.

14.1 Arrendamentos de imóveis

Na adoção inicial do CPC 06 (R2) “Arrendamentos”, em 01 de janeiro de 2022, a Sociedade optou por mensurar os ativos de direito de uso por um valor presente igual ao passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento acumulados que existiam na data de transição. A média ponderada da taxa incremental aplicada para os passivos financeiros do arrendamento é de 13,50%.

Os arrendamentos contratados são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos no início do exercício	1.427.217	1.178.441
Atualizações contratuais	5.688.547	22.178
Provisão para custo de restauração	1.186.317	1.174.783
Ajuste de arrendamento	329.456	-
Juros	307.524	73.748
Pagamento	<u>(785.278)</u>	<u>(1.021.933)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>8.153.783</u>	<u>1.427.217</u>
Passivo circulante	3.568.193	1.228.589
Passivo não circulante	<u>4.585.590</u>	<u>198.628</u>
	<u>8.153.783</u>	<u>1.427.217</u>

Em 31 de dezembro de 2024, os montantes referentes a arrendamento de imóveis têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>31/12/2024</u>
2025	3.568.193
2026	1.586.363
2027	1.280.017
2028	1.420.737
2029	298.473
Total	<u>8.153.783</u>

15. Ativo fiscal diferido

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para contingências	673.036	-
Provisão para perdas sobre créditos	1.512.404	-
Direito de uso de arrendamento	579.314	-
Outros ativos fiscais diferidos	39.328	-
Ativos fiscais diferidos (i)	<u>2.804.082</u>	<u>-</u>

Refletido no balanço patrimonial da seguinte forma:

IRPJ diferido	2.061.825	-
CSLL diferida	742.257	-
	<u>2.804.082</u>	<u>-</u>

- (i) Em 2024, houve o registro inicial do ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias, considerando a expectativa de lucro tributável futuro da Sociedade e critérios contidos na regulamentação da ANS e CPC.

A Sociedade elaborou estudo técnico, no final deste exercício social, de realização futura do ativo fiscal diferido. Anualmente esse estudo sofrerá atualizações, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis no contexto das principais variáveis de seus negócios. De acordo com estas projeções, estima-se que o ativo referente ao imposto de renda e a contribuição social diferidos será realizado nos seguintes prazos:

	<u>31/12/2024</u>
2025	1.384.692
2026	483.491
2027	158.225
2028	158.225
2029	158.225
2030	461.223
Total	<u>2.804.082</u>

16. Provisões para ações judiciais

16.1. Ações judiciais com risco de perda provável

A Sociedade constitui provisão para ações judiciais com base na opinião de seus assessores jurídicos. Processos com risco de perda provável são integralmente provisionados. Os valores contabilizados estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis (i)	3.235.404	3.385.546
Trabalhistas (ii)	1.659.426	2.292.161
Regulatória (i)	231.000	386.400
Provisão para outras contingências	32.977	31.440
Total	<u>5.158.807</u>	<u>6.095.546</u>

- (i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes;
 (ii) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extras.

Movimentação da provisão para ações judiciais:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos no início do exercício	6.095.546	6.034.665
Constituições	4.325.387	5.306.438
Reversões / baixas	(5.262.126)	(5.245.557)
Saldos no fim do exercício	<u>5.158.807</u>	<u>6.095.546</u>

16.2. Ações judiciais com risco de perda possível

A Sociedade classifica as contingências com prognóstico de perda possível com base em fatos específicos que a suportem, sempre levando em consideração a existência de jurisprudência pacificada, de documentos que comprovem a correção do procedimento da Sociedade e, que, portanto, não significará provável saída de recurso para pagamento.

A Sociedade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis (i)	5.455.335	3.797.124
Trabalhistas (ii)	23.111.859	13.040.511
Regulatória (i)	478.800	526.000
Total	<u>29.045.994</u>	<u>17.363.635</u>

- (i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes;
- (ii) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extras.

16.3. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais da Sociedade estão correlacionados às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	396.403	372.610
Trabalhistas	2.684.893	2.058.953
Total	<u>3.081.296</u>	<u>2.431.563</u>

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Sociedade totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 73.605.540 representado por 62.955.581 milhões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

17.2. Reserva de lucros, dividendos e juros sobre capital próprio

Em abril de 2024, os acionistas aprovaram através de Assembleia Geral Extraordinária o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios proposto em 2023 no valor de R\$ 5.840.916.

Em 2024, a Sociedade constituiu o montante de R\$ 17.063.547 em reserva de lucros e em 2023 constituiu o montante de R\$ 17.522.748.

17.3. Destinação do resultado líquido do exercício

Em conformidade com o estatuto da Sociedade, os resultados apurados são distribuídos da seguinte forma: (i) serão aplicados 5% na constituição da reserva legal até que ela atinja 20% do capital social, e até 70% terá a destinação que lhe for atribuído pela assembleia geral; (ii) dividendo obrigatório 25% do lucro líquido após a dedução dos prejuízos acumulados se houver e diminuído ou acrescidos das deduções legais e estatutárias. A Sociedade poderá, ainda, por deliberação da Assembleia Geral, declarar dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade registrou lucro líquido de R\$ 23.948.838 (em 2023, lucro líquido de R\$ 24.593.330).

A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

Base de cálculo do dividendo obrigatório	2024	2023
Lucro líquido do exercício	23.948.838	24.593.330
Constituição da reserva legal (5%)	(1.197.442)	(1.229.667)
Base de cálculo do dividendo obrigatório	22.751.396	23.363.663
Dividendos mínimos obrigatórios	(5.687.849)	(5.840.916)
Apropriação para reserva estatutária	17.063.547	17.522.747

17.4. Reserva legal

A reserva legal da Sociedade é constituída por 5% do lucro líquido apurado no exercício, não excedendo o limite de 20% do capital social conforme artigo 193 da Lei no. 6.404/76.

17.5 Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado por meio de divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	23.948.838	24.593.330
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	62.955.581	62.955.581
Lucro por ação básico (em R\$)	<u>0,38041</u>	<u>0,39065</u>
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	62.955.581	62.955.581
Ações aplicáveis à diluição	-	-
Lucro por ação diluído (em R\$)	<u>0,38041</u>	<u>0,39065</u>

A Sociedade não possui ações em tesouraria nem outro tipo de ajuste para cálculo do lucro diluído por ação, portanto o resultado do cálculo é o mesmo encontrado para o lucro básico por ação.

17.6. Ajuste de avaliação patrimonial

Contempla os valores de ganhos e perdas por variações na participação no capital de não controladores.

18. Eventos indenizáveis líquidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Plano individual/familiar	(125.864.270)	(87.899.632)
Plano coletivo por adesão	(53.401.390)	(39.616.238)
Plano coletivo empresarial	(186.456.804)	(142.973.649)
Corresponsabilidade assumida	(166.510)	(298.212)
Sistema único de saúde - SUS	(1.432.445)	(1.038.665)
Variação de provisão eventos ocorrido e não avisados - PEONA	(3.620.568)	(281.533)
Total	<u>(370.941.987)</u>	<u>(272.107.929)</u>

19. Transações com partes relacionadas

19.1. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, sendo as principais sumariadas a seguir:

Descrição	Transação	Categoria	31/12/2024		31/12/2023	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
			Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Amico	Contraprestações	Partes relacionadas	-	377.509	-	886.088
Amil	Contraprestações	Partes relacionadas	365.029	7.416	-	4.511
APS	Contraprestações	Partes relacionadas	-	-	377.045	-
Pitangueiras	Contraprestações e dividendos	Partes relacionadas	281.686	108.638	-	111.561
SHAM	Dividendos	Partes relacionadas	-	5.579.211	-	5.729.354
Radium	Contraprestações	Partes relacionadas	-	68.500	-	83.677
			646.715	6.141.274	377.045	6.815.192

Descrição	Transação	Categoria	Receita		Custo/Despesa	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
			Amico	Contraprestações e eventos conhecidos	Partes relacionadas	-
Amil	Contraprestações e eventos conhecidos	Partes relacionadas	-	-	121.186	155.990
APS	Contraprestações e eventos conhecidos	Partes relacionadas	-	143.757	-	-
Esho	Contraprestações e eventos conhecidos	Partes relacionadas	-	-	50	9.799
HAC	Contraprestações e eventos conhecidos	Partes relacionadas	-	-	3.013	50.828
HAT	Contraprestações e eventos conhecidos	Partes relacionadas	-	-	1.948	2.667
HCJ	Contraprestações e eventos conhecidos	Partes relacionadas	-	-	-	517
HSH	Contraprestações e eventos conhecidos	Partes relacionadas	-	-	-	1.179
Pitangueiras	Contraprestações e eventos conhecidos	Partes relacionadas	3.538.130	1.173.921	150.646.033	11.658.639
SHAM	Contraprestações e eventos conhecidos	Partes relacionadas	-	31.011	-	-
Radium	Contraprestações e eventos conhecidos	Partes relacionadas	-	-	827.898	896.040
Optum	Contraprestações e eventos conhecidos	Partes relacionadas	-	-	10.591	25.175
			3.538.130	1.348.689	156.111.037	14.940.718

20. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas com operações de assistência médico hospitalar	7.501.210	9.701.655
Recuperação de despesas	172.659	211.622
Outras receitas (i)	144.362	5.467.297
Total	<u>7.818.231</u>	<u>15.380.574</u>

(i) Em 2023, representado, pelo reconhecimento de crédito tributário junto ao INSS decorrente do RAT Nocivo de R\$ 5.467.297 (vide Nota Explicativa nº 8).

21. Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outras receitas (despesas) de operações de planos de assistência à saúde	(5.707.521)	(4.492.041)
Provisão para perdas sobre recebíveis	(1.614.906)	(10.998.727)
Reversão para perdas sobre outros créditos	1.726.348	11.016.615
Total	<u>(5.596.079)</u>	<u>(4.474.153)</u>

22. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		
Serviços de terceiros	(3.635.784)	(31.094.120)
Outras despesas	-	(4.213.094)
Subtotal	<u>(3.635.784)</u>	<u>(35.307.214)</u>
Provisão para perdas sobre recebíveis	(1.442.640)	(17.385.090)
Reversão (provisão) para perdas sobre outros créditos	385.073	17.153.792
Total	<u>(4.693.351)</u>	<u>(35.538.512)</u>

23. Despesas administrativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal (i)	(11.835.728)	(15.534.510)
Serviços de terceiros (ii)	(3.573.596)	(3.240.611)
Localização e funcionamento (iii)	(6.857.997)	(3.177.936)
Depreciação e amortização	(2.559.823)	(4.513.713)
Publicidade e propaganda	(189.952)	(59.709)
Tributos	(326.172)	(133.105)
Judiciais (iv)	(2.017.369)	(4.957.361)
Outras (v)	(202.765)	(2.858.536)
Total	<u>(27.563.402)</u>	<u>(34.475.480)</u>

- (i) Redução por conta da transferência de colaboradores assistenciais para a empresa CMHP, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10;
- (ii) Serviços advocatícios, consultorias, informática entre outros;
- (iii) Utilização e manutenção das instalações da Sociedade e suas controladas, como luz, água, serviços de manutenção, segurança etc.;
- (iv) Provisões e reversões de despesas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. Incluindo multas ANS.
- (v) Perdas efetivas no recebimento.

24. Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(71.200)	(56.265)
Tarifas bancárias	(23.925)	(23.835)
Encargos s/ pagamentos em atraso	(96.265)	(113.777)
Juros sobre o passivo de arrendamento	(307.524)	(73.748)
Subtotal	<u>(498.914)</u>	<u>(267.626)</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	16.791.904	15.599.844
Encargos s/ recebimentos em atraso	1.303.394	1.264.996
Atualização de créditos tributários (i)	456.024	1.364.231
Descontos obtidos	18.148	69.829
Outras	89.106	79.452
Subtotal	<u>18.658.576</u>	<u>18.378.352</u>
Total líquido	<u>18.159.662</u>	<u>18.110.726</u>

- (i) Representado basicamente pela atualização de crédito tributário junto ao INSS – RAT Nocivo, conforme Nota Explicativa nº 8.

25. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada conforme alíquotas nominais e no resultado do exercício estão apresentadas a seguir:

Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	32.966.543	39.835.679
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(11.208.625)	(13.544.131)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Despesas indedutíveis (i)	(85.722)	(933.269)
Equivalência patrimonial	(631.868)	(582.489)
Outras diferenças (ii)	2.908.510	(182.459)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(9.017.705)	(15.242.348)
Alíquota fiscal efetiva	27,35%	38,26%

(i) Valores referentes às despesas com brindes, patrocínios, multas e perdas indedutíveis;

(ii) A maior parte do valor de 2024 e refere ao ativo fiscal diferido, pois houve o registro inicial do ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias, considerando a expectativa de lucro tributável futuro da Sociedade e critérios contidos na regulamentação da ANS e CPC 32.

26. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade possuía as seguintes principais apólices contratadas com terceiros:

Item	Tipo de cobertura	Valores segurados
Complexo administrativo e unidades hospitalares	Danos materiais às edificações, instalações, máquinas e equipamentos	50.346.218
Conselheiros, diretores e administradores	Responsabilidade Civil	229.600
Veículos	Danos materiais e corporais	2.310.000
		52.885.818

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

27.1. Considerações gerais

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizadas para estimar os montantes de valor justo, que podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade com destaque para disponibilidades, inclui aplicações financeiras, contas a receber de clientes, arrendamentos e contas a pagar à fornecedores.

A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

27.2. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

27.2.1 Classificação

A Sociedade efetuara avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais ativos financeiros da Sociedade consistem em caixa, equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações.

Os principais passivos financeiros da Sociedade referem-se a obrigações com arrendamentos e fornecedores. O principal propósito dos arrendamentos, obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações.

27.2.2 Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do contas a receber e fornecedores é igual ao seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro representado pelos arrendamentos e contas a pagar à fornecedores da sociedade se encontram classificados como débitos diversos e são mensurados pelo custo amortizado.

Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e suas respectivas classificações são os seguintes:

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Valor justo 31/12/2024	Valor contábil 31/12/2024
Caixa e bancos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.556.109	2.556.109
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	149.005.279	149.005.279
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	Custo amortizado	-	348.073	348.073
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	3.081.296	3.081.296

Passivos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Valor justo 31/12/2024	Valor contábil 31/12/2024
Débitos diversos	Custo amortizado	-	14.908.002	14.908.002

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

27.3. Gerenciamento de risco

A Sociedade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade, destacam-se:

a) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Sociedade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado a partir da diversificação dos seus ativos e da análise e acompanhamento da qualidade de crédito dos emissores privados, conforme estabelecido por política interna de investimentos.

b) Risco de taxa de câmbio

Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Sociedade também está sujeita aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos medicamentos e materiais médico-hospitalares estão vinculados à variação cambial.

c) Risco de taxa de juros

O risco inerente de taxa de juros surge em virtude da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de juros vinculadas ao CDI, os quais a Sociedade eventualmente possa estar exposta nos seus investimentos financeiros, contas a receber e arrendamentos. Para reduzir a exposição a variações nas taxas de juros do mercado local, a Sociedade concentra suas aplicações financeiras indexados à variação do CDI.

d) Risco de liquidez

A Sociedade monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações nos curto e longo prazos. Os índices de liquidez corrente e geral da Sociedade em 31 de dezembro de 2024 eram 2,87 e 2,54, respectivamente.

28. Outras informações

28.1. Eventos médico-hospitalares - assistência médico-hospitalar, cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - carteira de planos individuais/ familiares pós Lei nº 9.656/98

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos médico-hospitalares - assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do período até 31 de dezembro de 2024 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01 de novembro de 2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, como segue:

				31/12/2024	31/12/2023
	Rede própria	Rede contratada	Reembolso	Total	Total
Consultas médicas	11.087.134	1.897.295	3.050	12.987.479	14.038.872
Exames	667.362	16.248.321	-	16.915.683	17.507.090
Terapias	615.794	5.562.140	192.666	6.370.600	5.890.222
Internações	30.918.675	2.046.541	-	32.965.216	23.989.144
Outros atendimentos	21.454.815	14.313.459	-	35.768.274	17.298.822
Demais despesas	1.522.052	2.617.069	182.508	4.321.629	390.217
Total	66.265.832	42.684.825	378.224	109.328.881	79.114.367

29. Transações não caixa

A Sociedade teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Direito de uso e passivo de arrendamento IFRS 16 CPC 06 (R 2)	6.874.864	1.196.961
Aumento de capital devido na investida CMHP	-	2.783.454

DIRETORIA EXECUTIVA

ANDERSON LUIS DE ALVARENGA NASCIMENTO

DIRETOR PRESIDENTE

KEWTON ESPER ARAGÃO

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

FRANCILEUDA LIMA CAMINHA DIAS
DIRETORA SEM DESIGNAÇÃO

CONTADORA

MARCIA RITA NEFERTITE CAPOVILLA MIRANDA
CRC 1SP188938/O-9